



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

COMITÊ TÉCNICO DAS AUDITORIAS INTERNAS - MEC

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Portaria MEC nº 2.171, de 20 de dezembro de 2019

Participantes:

Nome	Cargo	Representação
Alexandre Gomide Lemos	Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do MEC	MEC Presidente do Comitê
Fabiano Rodrigues de Abreu	Assessor na Assessoria Especial de Controle Interno do MEC	MEC
Arlington da Silva de Oliveira	Assessor Técnico CGI/AECI/MEC	MEC
Adriano Augusto de Sousa	Chefe de Auditoria	EBSERH
Joquebede dos Santos Antevere Silva	Chefe de Auditoria	CAPES
Victor Leandro Freitas de Jesus	Chefe de Auditoria	FNDE
Welinton Vitor dos Santos	Chefe de Auditoria	INEP
João Vitor Miranda de Menezes	Representante - Titular	UNAMEC
Marília Cristyne Souto G. B. Matsumoto	Representante - Titular	UNAMEC
Carlos Arthur		

Carlos Artur Saldanha Dias	Representante - Titular	FONAI
Rosana de Carvalho Dias	Representante - Titular	FONAI
Cristiano Coimbra de Souza	Coordenador da Educação Superior e Profissional da CGU	CGU

Convocação: E-mail enviado em 08 de junho de 2021, terça-feira, às 12h03.

Dados da Reunião:

- Data: 16/06/2021
- Horário: 15h00
- Local: Platarfoma digital Teams

Pauta da Reunião:

Alexandre Gomide Lemos, Presidente do Comitê iniciou os trabalhos rememorando os temas discutidos na última reunião ordinária do CTA, ocorrida em 19/11/2020, em especial a definição de tema transversal de auditoria que pudesse constar nos PAINTs.

- Análise dos temas Propostos no PAINT
- Propostas para análise e deliberação de Projetos: papel das linhas de defesa, entendimento do modelo de governança da instituição, construção do universo auditável, aderência das AUDINs ao modelo IA-CM
- Capacitação em temas de Auditoria Governamental
- Assuntos Diversos

Devido a necessidade de se analisar os temas propostos dos PAINTs 2021 para propor um tema de auditoria transversal no exercício 2022, o Presidente do CTA passou a palavra para o senhor Cristiano Coimbra da CGU para que pudesse falar sobre um projeto desenvolvido na sua instituição que culminou numa grande oportunidade para delimitação dos temas dos PAINTs, bem como no planejamento dos trabalhos de auditoria, entrega de resultados e maior qualidade dos trabalhos realizados.

Partindo de informações disponíveis do Sistema de Auditorias E-AUD, o senhor Cristiano Coimbra esclareceu a possibilidade de se criar uma taxonomia de objetos de avaliação de auditoria que culminou no projeto “Reflexões sobre agregação de valor ao processo de supervisão técnica”, bem como demonstrou por meios gráficos como alocados os temas de auditoria nos institutos federais de educação e universidades. Ao concluir a sua apresentação propôs a discussão das classificações e taxinomia de temas de auditoria e sistematização do modelo de mapeamento da CGU. Para cumprir tal intento, propôs a agregação de temas de auditoria por níveis e tipos de instituições e foco em negócios e macroprocessos de uma unidade com resultados institucionais.

Como encaminhamentos para maturação do projeto e modelo de mapeamento da CGU, o senhor Cristiano Coimbra elencou os seguintes:

- Taxonomia de finalidade dos serviços de auditoria
- Avançar em indicadores (origem, tipo de serviços, finalidade de serviços, perfil de AUDINs, perfil institucional, posição e evolução de perspectiva interna e comparações externas.
- Associação entre benefícios e serviços de auditoria

Considerando a importância e aprofundamento das informações sobre taxonomia das auditorias, o senhor Cristiano propôs a elaboração de um documento colaborativo entre CGU, MEC e AUDINs com o intuito de avançar sobre o tema de indicadores.

Após a conclusão da apresentação, o Presidente do CTA sugeriu as possibilidades de avançar na discussão da pauta sobre os PAINTs ou discutir sobre o projeto apresentado pelo representante da CGU.

A senhora Marília Cristyne argumentou que seria relevante discutir e tirar dúvidas sobre a proposta apresentada pelo senhor Alexandre Coimbra da CGU, tendo em vista que se encaixa no tema de indicação de propostas dos PAINTs.

O senhor Cristiano Coimbra simulou algumas análises dos trabalhos de auditoria efetuados pelas IFES e Universidades em alguns temas. Foi sugerido a necessidade de uma colaboração de todas as unidades do CTA para melhorar a qualificação e taxonomia das tipologias das auditorias.

O senhor Carlos Arthur ratificou a informação do senhor Cristiano Coimbra quanto a questão de as auditorias sobre fundações de apoio terem alta relevância nas pesquisas esclarecendo que se deu em decorrência do Acórdão TCU-Plenário 1178/2018, a CGU encaminhou Ofício-Circular nº 181/2018/GAB DS/DS/SFC-CGU sugerindo sua inserção do tema relacionado por pelo menos 4 exercícios. Além disso questionou o senhor Cristiano sobre se o trabalho de pesquisa e taxonomia das auditorias se deu utilizando as ações de avaliação e/ou de consultoria e qual era a posição da CGU quanto a questão da apuração.

O senhor Cristiano esclareceu que a CGU adota um sistema de protocolos para cada tipo de atividade. No caso de avaliação há a análise de risco para o objeto que se está auditando, enquanto no protocolo de apuração a análise parte de uma demanda ou denúncia.

O Presidente do CTA argumentou que as unidades devem avançar um pouco mais e detalhar e melhorar os temas de forma a concluir a etapa de taxonomia dos tipos de auditoria.

O representante da CGU, Cristiano Coimbra propôs a marcação de uma nova reunião com os membros do CTA para discutir e aprofundar a análise sobre os temas de auditoria e a taxonomia utilizada. A intenção é que ano que vem a CGU possa incorporar a taxonomia final no sistema E-AUD de forma a melhorar a qualidade de atuação e supervisão da CGU.

A senhora Joquebede afirmou ter gostado do projeto, indicando que a taxonomia dos temas de auditoria iria ajudar bastante todas as auditorias internas. Questionou também se a classificação estaria disponível para todas as unidades no sistema E-AUD.

Cristiano Coimbra esclareceu que toda a classificação estará disponível para as unidades no sistema E-AUD.

A senhora Marília Cristyne parabenizou o representante da CGU pelo trabalho realizado e perguntou se a planilha com os temas de auditoria seria disponibilizada. O questionamento foi respondido pelo senhor Cristiano que disse que poderia disponibilizar as planilhas ao Presidente do CTA para que as disponibilizasse aos demais membros do comitê.

O Presidente do comitê então combinou com o representante da CGU uma nova reunião para a 1ª semana de julho a fim de tratar sobre as atividades e etapas para o projeto.

O senhor Victor Leandro questionou se o objetivo do projeto seria criar uma base comum de temas de auditoria dentro do E-AUD para universidades e IFES. Obteve a resposta que o projeto tem sim a intenção de criar uma base comum de temas ou objetos de auditoria sobre vários assuntos, permitindo assim a consolidação dos temas de auditoria nos negócios e processos das instituições de ensino.

Cristiano, após responder ao questionamento do senhor Victor Leandro, realçou a importância do porquê chama os macroprocessos das instituições de ensino de negócios. Ao utilizar uma teoria específica para entender a organização por meio dos seus negócios, é possível a sintetização de um grande conjunto de informações o que não seria possível se utilizasse macroprocessos.

O Presidente do comitê reiterou que uma nova reunião seria marcada na 1ª semana de julho e deu seguimento a pauta da reunião. Argumentou sobre as tarefas designadas aos demais membros do grupo na reunião passada (conjunto de propostas para análise e elaboração de projetos) e questionou o senhor Adriano Augusto e a senhora Joquebede dos Santos sobre uma das tarefas que havia ficado a cargo desses servidores que era sobre as Linhas de Defesa de auditoria.

A senhora Joquebede dos Santos afirmou que não teve a oportunidade de trabalhar no assunto e esperava poder tratar do tema nesta reunião a fim de esclarecer se ainda iriam dar prosseguimento a esse projeto.

O senhor Adriano Augusto afirmou que não pode discutir com a senhora Joquebede o trabalho das linhas de defesa de auditoria, todavia deu início na EBSEH um outro trabalho relativo à capacitação sobre gestão de riscos. Evidenciou a importância da gestão integrada de riscos, elencando a necessidade de trazer as etapas da gestão de riscos para as três linhas de defesa.

A senhora Joquebede apontou que as ações, mesmo que de forma isolada, vem ocorrendo na CAPES desde o ano passado. Ressaltou a dificuldade e o desafio que é a organização desenvolver o arcabouço de governança e as três linhas de defesa, especialmente a segunda linha. Apontou a importância do projeto para que outras organizações possam se capacitar, ressaltando, porém, que o desafio proposto na última reunião era trazer um projeto que pudesse ser levado a todas as AUDINs do MEC em forma de capacitação. Então precisariam ser mais que ações isoladas, de forma a contemplar tanto as similaridades quanto as singularidades das entidades.

O Presidente do comitê questionou a senhora Joquebede e ao senhor Adriano sobre o projeto de entendimento do modelo de governança da instituição.

A senhora Joquebede esclareceu que não pode colocar a frente esse projeto e o senhor Adriano informou que uniu esse projeto com o projeto de capacitação em gestão de riscos na EBSEH com outros projetos como implementação de IA CM, COSO, gestão corporativa e gestão de riscos com o intuito de fomentar a capacitação e o desenvolvimento para os 1500 gestores da Rede EBSEH.

O Presidente do comitê sugeriu então trazer em uma outra oportunidade as experiências dos auditores sobre o tema e projetos implementados para discussão.

O senhor Carlos Arthur pediu a palavra para indagar sobre a possibilidade de se rediscutir os temas da reunião do CTA de novembro de 2020, uma vez que já se passou muito tempo sobre essa discussão e as tarefas designadas no ano passado podem não estar relacionados aos projetos e atividades que as unidades hoje estão trabalhando.

A senhora Marília Cristyne usou a palavra para levantar um questionamento quanto a viabilidade de se utilizar o E-AUD para aferir o grau de aderência das unidades ao IA-CM.

O senhor Cristiano Coimbra afirmou que é possível a extração dos dados no sistema E-AUD solicitados pela senhora Marília e disse ainda ser possível avaliar o esforço homem-hora a fim de averiguar características qualitativas das auditorias.

O Presidente do comitê argumentou que envidar esforços no projeto de taxonomia das auditorias da CGU seria um grande passo para as unidades e poderia trazer grandes benefícios, uma vez que os resultados desse trabalho conversariam com os outros temas propostos. Ao terminar sua proposição, cedeu a palavra aos demais membros que concordaram de forma unânime na adoção do projeto de taxonomia das auditorias.

Quanto ao andamento dos projetos propostos na última reunião (propostas de temas para capacitação), decidiu-se por dar encaminhamento primeiro ao projeto apresentado pelo Sr. Cristiano e retomar o assunto em reunião futura.

O senhor Victor Leandro sugeriu que o comitê, nas suas funções de suporte e supervisão, transmitisse as unidades treinamentos com o intuito de nivelar as unidades por meio da capacitação. Achou importante entender as diferenças e dificuldades das unidades de auditoria e entendeu que é necessário trazer as unidades de auditoria mais para perto do comitê. Argumentou ainda que considera favorável a proposta de projeto de taxonomia das auditorias do senhor Cristiano Coimbra, tendo em vista que o projeto pode ter como resultado a consolidação de temas que podem ser importantes para todas as unidades, inclusive as autarquias.

O senhor Carlos Arthur apontou que os dados disponíveis do E-AUD da CGU podem ser de grande valia para a delimitação do universo de auditoria, utilizando-se dos dados do universo auditado. Apontou ainda a vantagem da metodologia da CGU em obter os resultados muito mais rapidamente do que qualquer outra metodologia que pudessem implementar.

O Presidente do comitê apontou que de acordo com as suas observações, os membros do CTA estão convergindo para ajudar a detalhar o projeto da CGU e de acordo com a opinião dos membros, acredita que será onde poderão auferir os melhores resultados.

Ao continuar a pauta o Presidente rememorou a incumbência da AECI/MEC, decorrente da reunião passada, em verificar a disponibilidade de capacitação em temas de auditoria governamental e gestão de riscos na CGU. Em contato com o responsável Sérgio na CGU, o Presidente foi informado que haverá um curso sobre o manual técnico de orientação da auditoria interna com 200 vagas para o mês de julho e no segundo semestre haverá cursos de auditorias baseadas em risco, gestão de riscos e controles, IA-CM e outro curso sobre manual de orientação técnica de auditoria interna. Além disso questionou a representante da UNAMEC, a senhora Marília Cristyne sobre a possibilidade de replicação do conteúdo da capacitação que receberam.

A auditoria Marília Cristyne esclareceu que tratou do assunto com o senhor Sérgio da CGU e informou que duas turmas de capacitação em auditoria baseada em riscos, com 50 vagas cada, serão ofertadas em julho e agosto para as universidades e institutos. A senhora Marília prometeu divulgar mais informações quando as turmas estiverem próximas de serem abertas.

Dando continuidade à reunião o Presidente do comitê informou que em contato com a CGU obteve a informação sobre a possibilidade de futura disponibilização do módulo de auditoria do E-AUD para as unidades do MEC. Esclareceu que para tanto a AECI do MEC está estruturando uma equipe para dar suporte e esclarecer dúvidas sobre o sistema para as AUDINs relacionadas ao MEC. Além disso, reiterou a necessidade de as unidades responderem ao questionário de governança do TCU e informou que a CGU irá realizar o monitoramento do plano de integridade das unidades por meio de um sistema criado por eles.

Após discutir os assuntos da pauta, o Presidente do comitê concedeu a palavra aos membros para falarem sobre os assuntos diversos.

A senhora Joquebede questionou sobre quando o MEC disponibilizaria o sistema FOR RISCO da Plataforma FOR para as unidades do MEC.

O senhor Arlington Oliveira esclareceu que o sistema FOR RISCO ainda está em desenvolvimento e que está dentro do cronograma. A expectativa do RNP é entregar o sistema no final de julho para testes em unidades selecionadas e em agosto colocar o sistema efetivamente em produção.

Como sugestão os membros do CTA solicitaram que disponibilizassem mais material e informações sobre o sistema FOR RISCO na web, tendo em vista a importância do sistema. O senhor Arlington Oliveira ficou de reiterar o pedido na próxima reunião de ponto de controle com a RNP.

O representante da CGU, senhor Cristiano Coimbra, pediu a palavra para solicitar o apoio da senhora Marília e do senhor Carlos Arthur para o projeto Missão Inovação das Universidades Federais. Trata-se de conseguir reunir os auditores das universidades para apresentar e discutir o projeto e suas etapas.

Sem mais assuntos para tratar o Presidente do CTA encerrou a reunião.

Encaminhamentos propostos:

- Ficou acertada a realização de uma reunião na primeira semana de julho, para aprofundamento das discussões relativas ao trabalho apresentado pelo Sr. Cristiano Coimbra.

Assinaturas:

Adriano Augusto de Souza

EBSERH

Victor Leandro Freitas de Jesus

FNDE

Welinton Vitor dos Santos

INEP

Joquebede dos Santos Antevere Silva

CAPES

Carlos Arthur Saldanha Dias

FONAI

Rosana de Carvalho Dias

FONAI

Marília Cristyne Souto

UNAMEC

João Vitor Miranda de Menezes

UNAMEC

Alexandre Gomide Lemos

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Gomide Lemos, Chefe da Assessoria Especial**, em 25/06/2021, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **ROSANA DE CARVALHO DIAS, Usuário Externo**, em 27/06/2021, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Marília Cristyne Souto Galvão Barros Matsumoto, Usuário Externo**, em 27/06/2021, às 20:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Leandro Freitas de Jesus, Usuário Externo**, em 28/06/2021, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Joquebede dos Santos Antevere**



Silva, Usuário Externo, em 28/06/2021, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Arthur Saldanha Dias, Usuário Externo**, em 28/06/2021, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO VITOR MIRANDA DE MENEZES, Usuário Externo**, em 28/06/2021, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **welinton vitor dos santos, Usuário Externo**, em 29/06/2021, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO AUGUSTO DE SOUZA, Usuário Externo**, em 09/07/2021, às 01:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2729952** e o código CRC **1A7D2DC2**.
